



Demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

31 de dezembro de 2023
Com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	14
4. Normas e interpretações novas e revisadas.....	14
5. Ativo da Concessão.....	15
6. Imposto diferido.....	18
7. Caixa e equivalente.....	19
8. Aplicações financeiras	19
9. Estoques.....	20
10. Fornecedores.....	20
11. Imobilizado e Intangível.....	21
12. Tributos, encargos sociais e contribuições.....	22
13. Encargos regulatórios a recolher	23
14. Provisões e Contingências.....	24
15. Patrimônio Líquido.....	25
16. Receita Operacional Líquida.....	25
17. Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....	28
18. Resultado Financeiro.....	30
19. Imposto de renda e contribuição social.....	30
20. Transação com partes relacionadas.....	31
21. Instrumento Financeiro.....	31
22. Seguros.....	34
23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa.....	35
Outras Informações que a companhia entende como relevantes	35
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	36

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Relatório da administração

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2023 apresentou prejuízo de R\$18.607 em comparação ao do ano anterior de R\$59.380, conforme análises detalhadas a seguir.

A **receita operacional líquida** teve redução de 24,2% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	<u>2023</u>	<u>A.V. %</u>	<u>2022</u>	<u>A.V. %</u>	<u>Varição 2023/2022 %</u>
Receita de infraestrutura (i)	121.407	84,7	172.705	91,4	(29,7)
Operação e manutenção (ii)	8.245	5,8	8.971	4,7	(8,1)
Remuneração dos ativos de concessão (iii)	19.395	13,5	14.714	7,8	31,8
Aluguéis (iv)	554	0,4	526	0,3	5,3
Tributos sobre a receita (v)	(5.470)	(3,8)	(7.207)	(3,8)	(24,1)
Encargos Regulatórios (v)	<u>(828)</u>	<u>(0,6)</u>	<u>(709)</u>	<u>(0,4)</u>	<u>16,8</u>
Receita operacional líquida	<u>143.303</u>		<u>189.000</u>		<u>(24,2)</u>

- (i) A **receita de infraestrutura** considera os investimentos nos projetos realizados no período adicionado da margem estimada para o projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. A receita auferida em 2023 de R\$121.407 comparada com R\$172.705 em 2022, redução devido ao avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura do projeto Minuano em fase pré-operacional.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$8.245 em 2023 comparada com R\$8.971 em 2022, explicada devido principalmente pelos seguintes eventos: (i) variação positiva de R\$715 devido atualização pelo IGPM da RAP do ciclo 2023/2024; (ii) variação negativa da parcela variável no valor de R\$1.325 e (iii) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação, totalizando R\$116.
- (iii) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R\$19.395 em 2023 e R\$14.714 em 2022, explicada principalmente: (i) R\$7.074 referente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão, compensado por (ii) variação negativa de R\$2.393 pela atualização do IGPM mensal (3,4% em 2023 vs 5,8% em 2022).
- (iv) As **receitas de aluguéis** totalizaram R\$554 em 2023 e R\$526 em 2022, não apresentando variação significativa.
- (v) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$6.298 em 2023 comparado com R\$7.916 em 2022, que acompanham a variação da receita bruta.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R\$156.211 em 2023 frente aos R\$241.443 em 2022, com concentração em serviços de terceiros, materiais e terrenos. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras durante o período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras (R\$152.499 em 2023 e R\$236.524 em 2022). A redução é devido a fase da obra dos investimentos ocorridos no projeto Minuano.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Relatório da administração

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Custos de implementação da infraestrutura e O&M	
	2023	2022
Serviços de terceiros	(38.497)	(57.372)
Materiais	(109.510)	(165.298)
Arrendamentos e Aluguéis	(357)	(323)
Terrenos	(7.280)	(18.350)
Outros	(673)	(100)
	<u>(156.211)</u>	<u>(241.443)</u>

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$1.038 em 2023 comparada com R\$699 em 2022, redução devido principalmente a variação de R\$320 em serviços de terceiros.

O **resultado financeiro** apresentou aumento totalizando receita de R\$291 em 2022 comparado a R\$156 em 2022, principalmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas com **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R\$4.896 em 2023 comparado com R\$6.304 em 2022, principalmente, aos impostos correntes e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	833	716
Aplicações financeiras	8.2	2.005	2.652
Ativo da concessão	5.3	11.812	13.053
Estoques		296	223
Tributos e contribuições a compensar		101	48
Outros		114	84
		15.161	16.776
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	5.3	401.744	272.548
Estoques	9.2	11.403	396
Cauções e depósitos vinculados		-	11
Outros		67	-
		413.214	272.955
Imobilizado	11	234	154
Intangível	11	-	2
		234	156
		413.448	273.111
Total do ativo		428.609	289.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		26	14
Fornecedores	10.2	10.160	3.715
Tributos e encargos sociais a recolher	12.1	7.479	730
Encargos regulatórios a recolher	13.2	10	9
Partes Relacionadas	20	976	2.507
Outros		435	21
		19.085	6.996
Não circulante			
Arrendamento		147	82
PIS e COFINS diferidos	6.2	15.050	10.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	12.698	8.748
Encargos regulatórios a recolher	13.2	118	84
Provisão para demandas judiciais	14	93	2
		28.106	19.278
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	438.352	301.940
Prejuízo acumulado		(56.934)	(38.327)
		381.418	263.613
Total do passivo e do patrimônio líquido		428.609	289.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16.3	143.303	189.000
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	17	<u>(156.211)</u>	<u>(241.443)</u>
Prejuízo bruto		<u>(12.908)</u>	<u>(52.443)</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas e honorários da administração	17	(1.038)	(699)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(56)</u>	<u>(90)</u>
		<u>(1.094)</u>	<u>(789)</u>
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		(14.002)	(53.232)
Receitas financeiras	18	409	292
Despesas financeiras	18	<u>(118)</u>	<u>(136)</u>
		<u>291</u>	<u>156</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.711)	(53.076)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19.2	(946)	(866)
Diferido	19.2	<u>(3.950)</u>	<u>(5.438)</u>
		<u>(4.896)</u>	<u>(6.304)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(18.607)</u>	<u>(59.380)</u>
Prejuízo por ação		<u>(0,04245)</u>	<u>(0,19666)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	<u>(18.607)</u>	<u>(59.380)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(18.607)</u>	<u>(59.380)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021		76.351	2.754	18.299	-	97.404
Prejuízo do exercício		-	-	-	(59.380)	(59.380)
Aumento de capital		225.589	-	-	-	225.589
Destinação do lucro:	15.1					
Absorção de prejuízo do exercício	15.1	-	(2.754)	(18.299)	21.053	-
Em 31 de dezembro de 2022		301.940	-	-	(38.327)	263.613
Prejuízo do exercício		-	-	-	(18.607)	(18.607)
Aumento de capital	15.1	136.412	-	-	-	136.412
Em 31 de dezembro de 2023		438.352	-	-	(56.934)	381.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(18.607)	(59.380)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortizações (nota 17)	29	19
PIS e COFINS diferidos	4.688	6.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.950	5.438
Ativo de Concessão	(149.047)	(196.390)
Provisões	82	2
Receita sobre aplicações financeiras	(108)	(285)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	(2)	-
	<u>(159.015)</u>	<u>(244.133)</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão	21.092	19.383
Estoques	(11.080)	89
Tributos e contribuições a recuperar	(53)	(26)
Cauções e depósitos vinculados	(11)	(1)
Despesas Pagas Antecipadamente	(68)	-
Outros	(29)	225
	<u>9.851</u>	<u>19.670</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	6.445	493
Tributos e encargos sociais a recolher	7.628	872
Imposto de renda e contribuição social pagos	(879)	(726)
Encargos regulatórios a recolher	35	(137)
Pagamento Partes Relacionadas	(1.531)	289
Outros	415	(4)
	<u>12.104</u>	<u>787</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(137.060)</u>	<u>(223.676)</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(11.151)	(18.299)
Resgates de aplicações financeiras	11.906	17.041
Aquisição de imobilizado	(1)	(33)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) em atividades de investimento	<u>754</u>	<u>(1.291)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	136.412	225.589
Pagamentos de arrendamentos	11	(15)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>136.423</u>	<u>225.574</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>117</u>	<u>607</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	716	109
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>833</u>	<u>716</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>117</u>	<u>607</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “Controladora”) brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 3 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Entidade com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Entidade detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Companhia detida pela EDP – Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

Em 1 de outubro de 2020 foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Entidade, de sociedade limitada para sociedade por ações por capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do seu contrato social para estatuto social e da sua denominação social de Evrecy Participações Ltda para Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou o capital circulante negativo no montante de R\$3.924 (positivo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$9.780) e prejuízo nos respectivos exercícios findos, oriundos dos custos de implementação da infraestrutura devido à investimentos do projeto Minuano, que se encontra em fase pré-operacional. No entanto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo ao final do contrato, e que o efeito negativo gerado durante o período de implantação da infraestrutura será compensado com a margem de lucro auferida durante a prestação de serviços de operação e manutenção. As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações e caso necessário, poderão ocorrer aportes da Controladora.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2025	IGPM	19.238	06/23
001/2020	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	48.320	06/23

Contrato nº 020/2008

Linhas de Transmissão Governador Valadares – Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena – Aimorés (230kV); Aimorés – Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

A Lei 12.783/12 define que o concessionário deve fazer a solicitação de renovação do contrato de concessão com 60 meses de antecedência do vencimento. A Companhia enviou para ANEEL uma carta de manifestação de interesse em conhecer as condições para a renovação do contrato 020/2008. Em 13 de julho de 2022, a ANEEL enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME) o ofício 038/2022, com o requerimento de prorrogação do referido contrato. Por este motivo, o MME instaurou a Consulta Pública nº 136/2022 e divulgou a Nota Técnica nº 520/2022/DOC/SPE, para definir se as concessões de transmissão vincendas devem ser licitadas ou prorrogadas. O resultado da referida Consulta Pública, foi a publicação do Decreto nº 11.314/2022, que define em seu artigo 2º que as concessões de transmissão vincendas serão licitadas. O Parágrafo único do referido artigo, define, ainda, que poderão ser prorrogadas quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público.

Contrato nº 001/2020

Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Minuano) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte – Vinhedos C1 Caxias Norte – Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte. Em 16 de dezembro de 2020, obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte e, em 25 de julho de 2023 obteve a Licença de Instalação (LI) para as linhas de transmissão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("moeda funcional").

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Contabilização de contratos de concessão (nota 5.2.1)
- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 5.2.2)
- Determinação da margem de lucro (nota 16.2.1)
- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 5.2.3)
- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.2.2)
- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 16.2.3)

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia possui o requerimento de divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, correspondentes a políticas contábeis materiais, usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.1 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.2 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
OCPC 07 (R1) – Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“ <i>single transaction</i> ”)	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	(*)
CPC 26 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	(**)
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Ativos da concessão

5.1 Prática contábil

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, ou seja, implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

5.1.1 Ativo da concessão – financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho (de operar e manter a infraestrutura de transmissão) é concluída mensalmente de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro mensurado a custo amortizado.

5.1.2 Ativo da concessão – contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de *performance* de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante

5.2 Julgamentos e estimativas

5.2.1 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

5.2.2 Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada de forma definitiva quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

5.2.3 Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

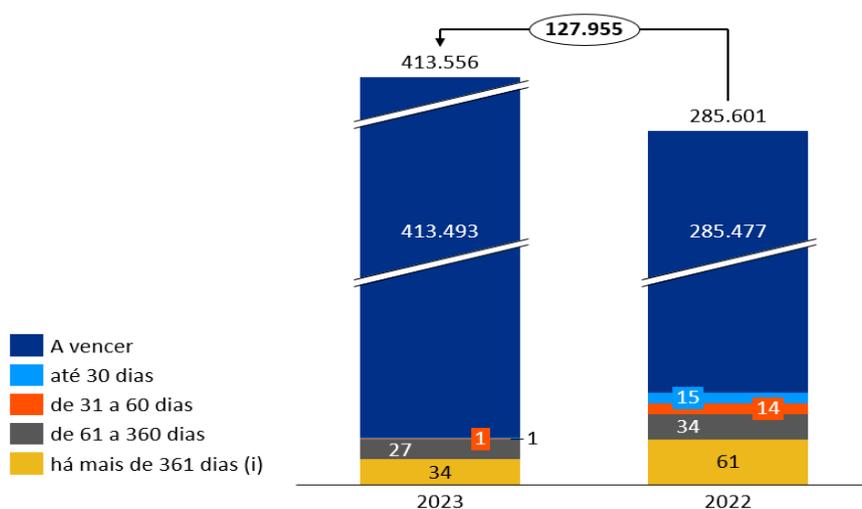
Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

5.3 Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	1.622	2.524
	1.622	2.524
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	411.934	283.077
	413.556	285.601
Circulante	11.812	13.053
Não circulante	401.744	272.548

- (a) **O&M – Operação e Manutenção** refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (b) **Implementação da infraestrutura** – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

5.4 Distribuição por vencimento:



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

- (i) Os saldos classificados como contas a receber de longo prazo são provenientes, de valores depositados judicialmente por agentes do sistema que por algum motivo estão em desacordo com o faturamento referente à Rede Básica e por isso entram em discussão judicial. A Companhia efetua o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. Durante o exercício de 2023, ocorreu redução do saldo, em virtude de recebimentos por decisões favoráveis.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

5.5 Movimentação

Saldos em 2021	108.594
Receita de infraestrutura	172.705
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	14.714
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	8.971
Recebimentos	(19.383)
Saldos em 2022	285.601
Receita de infraestrutura	121.407
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	19.395
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	8.245
Recebimentos	(21.092)
Saldos em 2023	413.556

6 Impostos diferidos

6.1 Prática contábil

Impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

6.2 Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.698	8.748
PIS diferido	2.680	1.845
COFINS diferido	12.370	8.517
	<u>15.050</u>	<u>10.362</u>
	<u>27.748</u>	<u>19.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6.3 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

6.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$12.698 (R\$8.748 em 2022) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidas por competência, que são oferecidas à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº12.973/14.

7 Caixa e equivalente de caixa

7.1 Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	<u>833</u>	<u>716</u>
	<u>833</u>	<u>716</u>

8 Aplicações financeiras

8.1 Prática contábil

As aplicações financeiras são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8.2 Composição

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023		
	% do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.159	2.458
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	108,2%	827	177
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		19	17
		2.005	2.652

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).

Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

9 Estoques

9.1 Prática contábil

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

9.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$11.699 na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

Os estoques são mantidos para atender o projeto em andamento (em construção), sendo consumidos para viabilizar a prestação de serviço.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Fornecedores

10.1 Prática contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

10.2 Composição

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$10.688 (R\$3.715 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão, referente ao Projeto Minuano.

11 Imobilizado e Intangível

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imobilizado	234	154
Intangível	-	2
	<u>234</u>	<u>156</u>

11.1 Imobilizado

11.1.1 Prática contábil

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

11.1.1.1 Arrendamento - Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.1.2 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2023		2022		Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de imóveis	235	(59)	176	93	13,59
Arrendamento de veículos	114	(114)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	42	(5)	37	16	6,25
Móveis e utensílios	2	(1)	1	1	6,25
Equipamentos de informática	14	(5)	9	11	16,67
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	11	-	11	33	-
	<u>418</u>	<u>(184)</u>	<u>234</u>	<u>154</u>	

11.1.3 Movimentação

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2022
Arrendamento de imóveis	94	14	(15)	-	93
Máquinas e equipamentos	17	-	(1)	-	16
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Equipamentos de informática	-	-	(2)	13	11
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	13	33	-	(13)	33
	<u>125</u>	<u>47</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>154</u>

	Saldos em 2022	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2023
Arrendamento de imóveis	93	127	(22)	(22)	176
Máquinas e equipamentos	16	-	(2)	23	37
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Equipamentos de informática	11	-	(2)	-	9
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	33	1	-	(23)	11
	<u>154</u>	<u>128</u>	<u>(26)</u>	<u>(22)</u>	<u>234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Tributos, encargos sociais e contribuições

12.1 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	128	133
Contribuição social	69	81
COFINS	50	55
PIS	11	12
Imposto de renda retido na fonte	9	18
INSS	268	330
ISS	68	81
ICMS a Recolher	6.876	-
Outros	-	20
	<u>7.479</u>	<u>730</u>

13 Encargos regulatórios a recolher

13.1 Práticas contábeis

13.1.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

- **Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços (nota 16.3).

- **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 16.3).

- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 16.3).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13.2 Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	<u>128</u>	<u>93</u>
	<u>128</u>	<u>93</u>
Circulante	<u>10</u>	<u>9</u>
Não circulante	<u>118</u>	<u>84</u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14 Provisões e contingências

14.1 Práticas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

14.2 Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oito ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R\$93 (R\$2 em 2022)

14.3 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oitenta e uma ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão sendo quatro de natureza cível no valor de R\$20, setenta e seis de natureza cível-fundiário no valor de R\$2.240 e uma de natureza tributária no valor de R\$15 totalizando R\$2.275 (R\$ 919 em 2022).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 1 de outubro de 2020 ocorreu Assembleia para transformação de entidade limitada para Sociedade por Ações, sendo o capital social autorizado e subscrito da Companhia de R\$531.512 dividido em quotas iguais de R\$1,00 para R\$531.512 dividido em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é de R\$438.352 (R\$301.940 em 2022). Em 2023 foi integralizado o valor de R\$136.412.

15.2 Prejuízo do exercício

Os prejuízos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são oriundos dos custos de implementação da infraestrutura incorridos no período, devido à investimentos do projeto Minuano, que se encontra em fase pré-operacional. No entanto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo ao final do contrato, e que o efeito negativo gerado durante o período de implantação da infraestrutura será compensado com a margem de lucro auferida durante a prestação de serviços de operação e manutenção. A Companhia realiza acompanhamento periódico do fluxo do ativo de concessão.

16 Receita operacional líquida

16.1 Prática contábil

A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

16.2 Julgamentos e estimativas

16.2.1 Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

16.2.2 Determinação das receitas de infraestrutura

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

16.2.3 Determinação das receitas de operação e manutenção

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

16.3 Composição da receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	121.407	172.705
Operação e Manutenção (b) (nota 7)	8.245	8.971
Receita de remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 7)	19.395	14.714
Aluguéis	554	526
Total da receita bruta	<u>149.601</u>	<u>196.916</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(4.496)	(5.924)
PIS	(974)	(1.283)
	<u>(5.470)</u>	<u>(7.207)</u>
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão – RGR	(577)	(449)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(186)	(192)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(65)	(68)
	<u>(828)</u>	<u>(709)</u>
	<u>143.303</u>	<u>189.000</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

16.4 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.5 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
020/2008	2.883	22.06.2021	01.07.2018

As informações das próximas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16.6 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 07 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23		RAP Ciclo 23/24			RAP Ciclo 23/24
	REH 3.067 (*)	Inflação	RTP	REH 3.216	PA	
IGP-M	20.509	(916)		19.593	(355)	19.238
IPCA	46.491	1.830	-	48.320	-	48.320

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT		Total 2024	Total 2023
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste		
020/2008	16.197	(356)	3.396	(1)	19.238	21.564

17 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2023		2022	
	Custos	Despesas	Total	Total
Serviços de Terceiros	(38.497)	(957)	(39.454)	(58.009)
Depreciação e amortização	-	(29)	(29)	(19)
Materiais	(109.510)	-	(109.510)	(165.298)
Demandas judiciais	-	(6)	(6)	(10)
Arrendamentos e aluguéis	(357)	2	(355)	(323)
Terrenos	(7.280)	-	(7.280)	(18.350)
Outros	(567)	(48)	(615)	(133)
	(156.211)	(1.038)	(157.249)	(242.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	353	286
Juros ativos	6	1
Variações monetárias	-	2
Outras	50	3
	<u>409</u>	<u>292</u>
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	3	(2)
Variações monetárias	(1)	(1)
Outras	(120)	(133)
	<u>(118)</u>	<u>(136)</u>
	<u>291</u>	<u>156</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

19.1 Prática contábil

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

19.2 Conciliação da alíquota efetiva

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de serviços	149.047	196.390
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	13.431	17.720
Outras receitas	409	818
	<u>13.840</u>	<u>18.538</u>
Base de cálculo CSLL	13.840	18.538
IRPJ e CSLL	(4.706)	(6.304)
Outros	(190)	-
	<u>(4.896)</u>	<u>(6.304)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(4.896)</u>	<u>(6.304)</u>
Corrente	(946)	(866)
Diferido	(3.950)	(5.438)
	<u>(4.896)</u>	<u>(6.304)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023	2022	2023	2022
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP (i)	207	79	(584)	(274)
Prestação de serviços	CTEEP (ii)	769	2.428	(2.363)	(3.961)
		976	2.507	(2.947)	(4.235)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP

21 Instrumentos financeiros

21.1 Prática contábil

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.1.1 Ativos financeiros

21.1.1.1 Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

21.1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

21.1.1.3 Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

21.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.1.3 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	833	716
Aplicações financeiras	2	2.005	2.652
<u>Custo amortizado</u>			
Contas a receber – serviços de O&M	-	1.622	2.524
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	10.688	3.715
Arrendamento (*)			
Circulante	-	26	14
Não Circulante	-	147	82
Partes relacionadas	-	976	2.507

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

21.2 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evreco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	10.553	25	-	-	110	10.688	3.715
Arrendamento	2	6	17	-	148	173	96
	<u>10.555</u>	<u>31</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>158</u>	<u>10.861</u>	<u>3.811</u>

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	91.031	271
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			<u>403</u>

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamentos	127	14

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Outras informações que a Companhia entende como relevante

1. Tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício 2023 versus 2022.

Demonstrações financeiras 2023	Demonstrações financeiras 2022
1. Contexto Operacional	1. Contexto Operacional
2. Apresentação das demonstrações financeiras	2. Apresentação das demonstrações financeiras
3. Principais práticas contábeis	3. Principais práticas contábeis
4. Normas e interpretações novas e revisadas	4. Normas e interpretações novas e revisadas
5. Ativos de concessão	7. Ativo da concessão
6. Endividamento líquido	5. Caixa e equivalentes de caixa
	6. Aplicações financeiras
7. Impostos diferidos	11. PIS e COFINS diferidos
8. Imobilizado e Intangível	8. Imobilizado
9. Tributos, encargos sociais e contribuições	9. Tributos e encargos sociais a recolher
10. Encargos regulatórios a recolher	10. Encargos regulatórios a recolher
11. Patrimônio líquido	12. Patrimônio líquido
12. Receita operacional líquida	13. Receita operacional líquida
13. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas	14. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas
14. Resultado financeiro	15. Resultado financeiro
15. Imposto de renda e contribuição social	16. Imposto de renda e contribuição social
16. Transações com partes relacionadas	17. Transações com partes relacionadas
17. Instrumentos financeiros	18. Instrumentos financeiros
18. Seguros	19. Seguros
19. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa	20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Evrecy S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5